



Autoridade Nacional da Aviação Civil
Portuguese Civil Aviation Authority

www.anac.pt

**TEM MÃO
NO TEU
DRONE.**

voanaboa.pt



ANAC

Autoridade Nacional da Aviação Civil
Portuguese Civil Aviation Authority

REGULAMENTO ANAC

**Condições de operação aplicáveis à utilização do espaço aéreo
pelos sistemas de aeronaves civis pilotadas remotamente
(“Drones”)**

OBJETO

O Regulamento destina-se a estabelecer **exclusivamente** as regras de voo e condições de utilização do espaço aéreo por aeronaves pilotadas remotamente (RPA – *Remotely Piloted Aircraft*), usualmente designadas por “Drones”.



OBJETIVO

Permitir a integração correta e ordenada das RPA no espaço aéreo, garantindo a **segurança da navegação aérea**, designadamente das aeronaves tripuladas.



ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Aplica-se a **todas as RPA**, incluindo os aeromodelos e as aeronaves brinquedo, com exceção das seguintes:

EXCLUSÕES:



AERONAVES DE ESTADO



DRONES UTILIZADOS EM ESPAÇOS
FECHADOS OU COBERTOS

**DOMINA AS REGRAS,
DOMINA O 'TEU DRONE
E VOA NA BOA.**



voa na boa.pt

CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO



REGRAS GERAIS

Liberdade para efetuar
voos diurnos
à linha de vista
até uma altura de 120 m
(400 pés)

(entre outras regras)

REGRAS ESPECÍFICAS

Voos nas
proximidades
de
infraestruturas

Aeromodelos

Aeronaves
brinquedo

Voos sujeitos
a autorização
expressa da
ANAC

Restrições
à operação
ou voos

REGRAS GERAIS

- A. Liberdade para efetuar voos diurnos até uma altura de 120 m (400 pés), sem prejuízo das autorizações excecionais previstas no Regulamento (regras específicas)
- B. Distância segura de pessoas e bens
- C. Prioridade a aeronaves tripuladas com obrigação de afastamento destas
- D. Estado físico e mental do piloto adequado à operação
- E. Garantia das condições operacionais da aeronave e do sistema
- F. Existindo observadores, estes devem manter contacto visual direto com a aeronave e estar permanentemente em condições de estabelecer comunicações bilaterais
- G. Em operações à linha de vista, não pode ser operada mais do que uma aeronave em simultâneo
- H. Utilização obrigatória e permanente de luzes de identificação (voos diurnos e noturnos)



REGRAS ESPECÍFICAS

VOOS NA PROXIMIDADE DE INFRAESTRUTURAS CIVIS

Aeródromos com
CTR associada

Aeródromos com
ATZ associada
ou TRMZ

Aeródromos sem
CTR ou ATZ
associada

Restantes
aeródromos,
incluindo
heliportos

Áreas de utilização
específica para
aeromodelos,
publicadas em AIP

Pistas de
ultraleves

REGRAS ESPECÍFICAS

VOOS NA PROXIMIDADE DE INFRAESTRUTURAS CIVIS

com CTR associada

Regras comuns a todas as RPA

Aplicam-se as regras e restrições constantes do Anexo ao Regulamento (**Áreas de proteção operacional**)

A RPA deve ter capacidade para fornecer informação, em tempo real, ao piloto remoto sobre a altura a que está a voar. Na ausência de tal equipamento, não deve voar acima do obstáculo natural ou artificial mais próximo da aeronave num raio de 75 metros

Aeromodelos

Se estiverem a voar no interior de uma área especificamente criada para o efeito e publicitada no AIP (após autorização da ANAC) podem evoluir até ao limite máximo vertical de tal área

Aeronaves brinquedo

Em caso algum podem exceder 30 metros acima da superfície

REGRAS ESPECÍFICAS

VOOS NA PROXIMIDADE DE INFRAESTRUTURAS CIVIS

com ATZ associada ou TRMZ

Regras comuns para todas as RPA

Carecem de **permissão prévia** da entidade responsável pela prestação dos serviços de informação de voo do aeródromo, **salvo se** a RPA não exceder a altura do edifício ou obstáculo natural ou artificial mais próximo num raio de 75 metros, centrado na aeronave, e não abranger o espaço aéreo sobrejacente ao aeródromo, delimitado pelos limites geográficos da respetiva infraestrutura aeroportuária

O piloto do RPA deve disponibilizar à entidade responsável pela prestação dos serviços de informação de voo do aeródromo um **contacto** direto para a eventual necessidade de estabelecimento de comunicações imediatas e urgentes

No interior da ATZ: as RPA podem voar até à altura correspondente ao limite máximo vertical da respetiva ATZ

No interior da TRMZ: As RPA podem voar até 120 metros acima da superfície (400 pés)

Regra especial para aeronaves brinquedo

Em caso algum podem exceder 30 metros acima da superfície

REGRAS ESPECÍFICAS

VOOS NA PROXIMIDADE DE INFRAESTRUTURAS CIVIS

sem CTR ou ATZ
associada

Regras comuns para todas as RPA

Os voos de RPA, até 120 metros acima da superfície (400 pés), realizados num círculo de 2,5 km de raio centrado no ponto de referência do aeródromo ou no ponto de referência de uma pista de ultraleves, **carecem de autorização expressa do diretor de Aeródromo ou do responsável pela pista de ultraleves**, exceto se não excederem a altura do obstáculo natural ou artificial mais próximo num raio de 75 metros, centrado na aeronave, e não abrangerem o espaço aéreo sobrejacente ao aeródromo ou à pista de ultraleves, delimitado pelos limites geográficos da respetiva infraestrutura aeroportuária.

O diretor do aeródromo ou o responsável pela pista de ultraleves deve assegurar que, no período abrangido pelo voo da RPA, não existem em simultâneo aeronaves tripuladas a evoluir de e para o aeródromo ou pista de ultraleves.

Regra especial para aeronaves brinquedo

Se estiverem a voar no interior de uma área especificamente criada para o efeito e publicitada no AIP (após autorização da ANAC) podem as RPA (com exceção das aeronaves brinquedo) evoluir até ao limite máximo vertical de tal área.

Em caso algum podem exceder 30 metros acima da superfície.

REGRAS ESPECÍFICAS

RESUMO – AEROMODELOS

- A) Em **áreas de utilização específica** para aeromodelos (aprovadas e publicadas em AIP) estas aeronaves podem efetuar voos diurnos, em operações VLOS (à linha de vista: contacto visual direto com a aeronave, sem ajudas) até ao limite máximo vertical de tais áreas

- B) Em **infraestruturas civis com CTR associada**: aplicam-se as regras e restrições constantes do Anexo ao Regulamento (**Áreas de proteção operacional**), e as demais regras do Regulamento, salvo se estiverem a voar no interior de uma área especificamente criada para o efeito e publicitada no AIP (após autorização da ANAC) – neste último caso podem evoluir até ao limite máximo vertical de tal área



REGRAS ESPECÍFICAS

RESUMO – AEROMODELOS

- C. Na proximidade de **infraestruturas civis com ATZ associada ou TRMZ**:
- 1) Carecem de permissão prévia da entidade responsável pela prestação dos serviços de informação de voo do aeródromo
 - 2) No interior da ATZ: as RPA podem voar até à altura correspondente ao limite máximo vertical da respetiva ATZ
 - 3) No interior da TRMZ: as RPA podem voar até 120 metros acima da superfície (400 pés)



REGRAS ESPECÍFICAS

RESUMO – AEROMODELOS

D. Em **infraestruturas civis sem CTR ou ATZ associada:**

- 1) Podem realizar voos num círculo de 2,5 km de raio centrado no ponto de referência do aeródromo ou no ponto de referência de uma pista de ultraleves, até 120 metros acima da superfície (400 pés) e após autorização do diretor ou do responsável da pista
- 2) Os voos no interior do mesmo círculo mas acima da altura de 120 metros (400 pés) são permitidos nas seguintes condições cumulativas:
 - 1) Com autorização prévia do diretor do Aeródromo ou do responsável da pista de ultraleves;
 - 2) Se a área, com os correspondentes limites laterais e verticais, estiver publicada no AIP, (a publicitação é efetuada a pedido do diretor ou do responsável de pista)



REGRAS ESPECÍFICAS

RESUMO – AERONAVES BRINQUEDO

- A. Em caso algum podem voar acima dos 30 metros acima da superfície (100 pés)
- B. Estão sujeitas às restrições aplicáveis a todas as RPA (designadamente às proibições)
- C. Estão sujeitas às regras para voos nas proximidades de infraestruturas aeroportuárias
- D. Só podem realizar voos diurnos, em operações VLOS (à linha de vista: contacto visual direto com a aeronave sem ajudas)
- E. No interior das áreas de proteção operacional dos aeródromos constantes do Anexo ao Regulamento (os que têm CTR associada), aplicam-se-lhes todas as regras e restrições aí descritas, salvo quanto à altura máxima de voo, que, em caso algum, deve exceder os 30 metros acima da superfície (100 pés)



REGRAS ESPECÍFICAS

RESUMO – AERONAVES BRINQUEDO

F. Em infraestruturas civis com ATZ associada ou TRMZ:

- 1) No interior da ATZ e da TRMZ **em caso algum** podem voar acima de 30 metros acima da superfície (100 pés)
- 2) Se o obstáculo natural ou artificial mais próximo num raio de 75 metros, (centrado na aeronave) for inferior a 30 metros acima da superfície (100 pés), podem voar **sem permissão prévia da entidade responsável pela prestação dos serviços de informação de voo do aeródromo**, desde que não ultrapassem o limite desse obstáculo e não se encontrem a voar no espaço aéreo sobrejacente ao aeródromo, delimitado pelos limites geográficos da respetiva infraestrutura aeroportuária
- 3) Caso ultrapassem o limite desse obstáculo (inferior a 30 metros) ou pretendam voar no espaço aéreo sobrejacente ao aeródromo **necessitam de solicitar permissão prévia à entidade responsável pela prestação dos serviços de informação de voo do aeródromo**



REGRAS ESPECÍFICAS

RESUMO – AERONAVES BRINQUEDO

- G. Não podem voar sobre pessoas
- H. Devem manter uma distância mínima horizontal, em relação a pessoas e bens, de 30 metros.



REGRAS ESPECÍFICAS

AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DA ANAC

AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DA ANAC

Operações BVLOS: operação sem contacto visual direto com a aeronave, sem ajudas

Operação de sistemas de aeronaves civis pilotadas remotamente com massa máxima operacional superior a 25 kg

Realização de voos noturnos

Voos acima de 120 metros da superfície (400 pés) – com exceções

REGRAS ESPECÍFICAS

AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DA ANAC

EXCEÇÕES:

Voos acima de 120 metros
acima da superfície (400 pés)

Sem autorização expressa

No interior de áreas identificadas em AIP
**podem evoluir até ao limite máximo vertical
de tais áreas**

No interior da ATZ: as RPA podem voar
até à altura correspondente ao limite máximo
vertical da respetiva ATZ

REGRAS ESPECÍFICAS

AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DA ANAC

EXCEÇÕES:

Operações BVLOS com aeronaves RPA
**com massa máxima operacional
igual ou inferior a 1kg**

Sem autorização expressa

Não excedam a altura de cinco metros acima do nível da superfície (16 pés)

Estejam munidas de equipamento FPV (o piloto remoto monitoriza a posição da aeronave através de uma câmara instalada na mesma)

A RPA voe afastada de pessoas e bens

O voo seja realizado em espaço delimitado que evite o risco de colisão com pessoas e bens de terceiros

O voo se situe num círculo de raio de 100 metros, com centro no piloto remoto

REGRAS ESPECÍFICAS

RESTRIÇÕES À OPERAÇÃO OU VOO

REGRA GERAL DE PROIBIÇÃO

- A. Nas áreas definidas no Anexo ao Regulamento como sendo proibidas
- B. Sobre concentrações de pessoas ao ar livre (mais do que 12 pessoas)
- C. Em zonas de sinistro onde se encontrem a decorrer operações de proteção e socorro
- D. Áreas proibidas, perigosas, restritas, reservadas e temporariamente reservadas de espaço aéreo, publicadas no AIP

REGRAS ESPECÍFICAS

RESTRIÇÕES À OPERAÇÃO OU VOO

REGRA GERAL DE PROIBIÇÃO

E. Instalações onde se encontrem sedeados:

1. Órgãos de soberania
2. Embaixadas e representações consulares
3. Instalações militares
4. Instalações das forças e serviços de segurança
5. Locais onde decorram missões policiais
6. Estabelecimentos prisionais e centros educativos da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

REGRAS ESPECÍFICAS

RESTRIÇÕES À OPERAÇÃO OU VOO

REGRA GERAL DE PROIBIÇÃO

- F. Num círculo de 1 km de raio centrado no ponto de referência de:
1. Heliportos utilizados por meios aéreos em missões de proteção civil
 2. Heliportos sob gestão, comando ou responsabilidade de entidades públicas às quais estejam cometidas funções de manutenção da ordem pública, segurança, fiscalização e investigação criminal
 3. Heliportos hospitalares utilizados exclusivamente em missões de emergência médica

REGRAS ESPECÍFICAS EXCEÇÕES ÀS RESTRIÇÕES

Com **autorização expressa da ANAC**, as RPA podem voar:

- a) Sobre concentrações de pessoas ao ar livre (mais do que 12 pessoas)
- b) Num círculo de 1 km de raio centrado no ponto de referência, de:
 - i. Heliportos utilizados por meios aéreos em missões de proteção civil
 - ii. Heliportos sob gestão, comando ou responsabilidade de entidades públicas às quais estejam cometidas funções de manutenção da ordem pública, segurança, fiscalização e investigação criminal
 - iii. Heliportos hospitalares utilizados exclusivamente em missões de emergência médica

REGRAS ESPECÍFICAS EXCEÇÕES ÀS RESTRIÇÕES

Com **autorização expressa do comandante das operações de socorro**, as RPA podem voar em zonas de sinistro onde se encontrem a decorrer operações de proteção e socorro, desde que seja assegurado :

- a) O cumprimento das regras do Regulamento, nomeadamente as respeitantes às alturas máximas de voo permitidas
- b) Que nenhuma aeronave tripulada se encontre, simultaneamente, a sobrevoar a zona de sinistro

REGRAS ESPECÍFICAS EXCEÇÕES ÀS RESTRIÇÕES

Com **autorização expressa das entidades competentes**, as RPA podem voar em:

- A. Áreas proibidas
- B. Áreas perigosas
- C. Áreas restritas
- D. Áreas reservadas e temporariamente reservadas de espaço aéreo

REGRAS ESPECÍFICAS EXCEÇÕES ÀS RESTRIÇÕES

Podem ser realizados voos nas **áreas proibidas das áreas de proteção operacional dos aeródromos com CTR:**

- a) Voos da responsabilidade do operador de aeródromo, no âmbito do funcionamento dos respetivos serviços, e no espaço aéreo sobrejacente ao próprio aeródromo, delimitado pelos limites geográficos da respetiva infraestrutura aeroportuária e com autorização prévia do órgão de tráfego aéreo
- b) Voos efetuados com base num protocolo outorgado entre o prestador de serviços de tráfego aéreo e o operador responsável pelos voos, bem como entre este último e a entidade gestora da infraestrutura aeroportuária, para a realização de atividades de investigação e desenvolvimento, de interesse ou utilidade pública, **desde que a ANAC se tenha pronunciado previamente sobre o teor de tais protocolos, através da emissão de parecer, o qual é obrigatório e vinculativo**
- c) Outras situações excecionais e pontuais, previamente autorizadas pela ANAC, que não afetem a segurança da navegação aérea

OUTROS REGIMES JURÍDICOS ESPECÍFICOS ADICIONAIS

Os operadores e pilotos devem cumprir **regimes jurídicos adicionais** aplicáveis, como sejam, **entre outros**, os que regulamentam:

- a) A **recolha de imagens**, que importa a necessidade de cumprimento do disposto na Lei de Proteção de Dados Pessoais
- b) **Levantamentos aéreos**, nomeadamente fotografia, filmagem aérea, e respetiva divulgação, que carece de autorização da Autoridade Aeronáutica Nacional
- c) A utilização de **infraestruturas e espaço aéreo sob jurisdição militar**, que carece de autorização da AAN

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A ANAC disponibilizará na sua página eletrónica (www.anac.pt) e (www.voanaboa.pt):

- a) Os contactos dos diretores dos aeródromos civis sem ATZ e sem CTR
- b) Os contactos dos responsáveis das pistas de ultraleves
- c) Os contactos dos prestadores de serviços de informação de voo de aeródromos civis com ATZ
- d) Mapas com informação relativa às infraestruturas aeroportuárias, a áreas restritas, proibidas e perigosas e a áreas de natureza militar
- e) A lista de áreas perigosas, proibidas, reservadas e temporariamente reservadas
- f) Lista dos aeródromos certificados, com e sem CTR ou ATZ
- g) Lista das infraestruturas utilizadas em missões de proteção civil ou de emergência médica
- h) As coordenadas das áreas de proteção operacional dos aeródromos civis com CTR associadas

REGIME SANCIONATÓRIO

A violação de determinações, instruções ou ordens da ANAC constantes do regulamento e de todas aquelas que sejam inerentes ao cumprimento do mesmo, constitui contraordenação aeronáutica civil **grave ou muito grave**, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro

REGIME SANCIONATÓRIO

A fiscalização do cumprimento das normas relativas à aviação civil compete às entidades seguintes:

- a) ANAC
- b) AAN
- c) Direção Regional dos Aeroportos da Madeira, nas áreas dos aeródromos regionais cuja gestão lhe esteja concedida
- d) Organismo do Governo Regional dos Açores, nas áreas dos aeródromos regionais cuja gestão lhe esteja concedida
- e) Diretores de aeródromos e responsáveis pelas entidades que tenham a seu cargo a gestão e o controlo das infraestruturas aeroportuárias nas respetivas áreas de competência
- f) A Guarda Nacional Republicana
- g) A Polícia de Segurança Pública
- h) Órgãos da Autoridade Marítima

REGIME SANCIONATÓRIO

Auto de notícia ou participação

Estas entidades devem levantar **auto de notícia** quando verifiquem ou comprovem, pessoal e diretamente, ainda que por forma não imediata, qualquer contraordenação aeronáutica civil.

Se a verificação não foi comprovada pessoalmente, deverá ser elaborada **participação** instruída com os elementos de prova de que disponha e acompanhada de rol de testemunhas, limitado ao máximo de três testemunhas por cada infração.

O auto de notícia ou a participação são remetidos à ANAC no **prazo máximo de oito dias úteis**.

REGIME SANCIONATÓRIO

Apreensão de elementos de prova

Estas entidades podem, ainda fazer **apreensão cautelar** de bens e quaisquer elementos que permitam realizar prova, nos termos do Regime Geral das Contraordenações.

Para o efeito, será elaborado o respetivo **auto de apreensão**, sendo os elementos apreendidos entregues na ANAC, acompanhados de auto de entrega e do auto de apreensão.

Após denúncia compete à ANAC **instruir os processos** e proceder à aplicação das coimas e das sanções acessórias.



Autoridade Nacional da Aviação Civil
Portuguese Civil Aviation Authority

www.anac.pt

**TEM MÃO
NO TEU
DRONE.**

voanaboa.pt